

NOTAS SOBRE DIÁSPORA AFRICANA E HISTÓRIA DA ÁFRICA

ÁLVARO PEREIRA DO NASCIMENTO¹

1- Álvaro Pereira do Nascimento é professor adjunto do Departamento de História e Economia do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, campus Nova Iguaçu, e do Programa de Pós Graduação em História da mesma universidade. Também é bolsista do programa Primeiros Projetos e do Pronex do Centro de Estudos do Oitocentos, ambos financiados pela Faperj e CNPq. É autor de *A ressaca da Marujada*, prêmio Arquivo Nacional, 1999 e *Do convés ao porto* (Mauad, no prelo).

RESUMO: NASCIMENTO, A. P. do. **Notas sobre diáspora africana e história da África.** *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 2, p. 118-130, jul.-dez., 2007.* Este artigo contribui para o ensino de História da África nas escolas dos Ensinos Médio e fundamental. Através de diferentes materiais de pesquisa, ele procura descrever parte dos diversos deslocamentos dos povos africanos pelo mundo, analisa o conceito de diáspora e aponta para a construção de uma imagem negativa da África.

Palavras chaves: Diáspora, História da África, Educação.

ABSTRACT: NASCIMENTO, A. P. do. **Notas sobre diáspora africana e história da África.** *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 2, p. 118-130, jul.-dez., 2007.* This article has contributed to the teaching of African History in schools. Using a vast collection of research material, it aims to describe some of the several Diasporas of Africans throughout the world, analyzes the concept of Diaspora, and explains the construction of Africa's negative image.

Key words: Diaspora, History of Africa, Education.

A imagem da África ainda continua associada à miséria, às doenças (principalmente AIDS e Ebola), às guerras (tanto aquelas pela independência quanto as resultantes de conflitos étnicos), à cor dos seus primeiros habitantes, ao Apartheid, e a algumas personagens marcantes de sua história (Idi Amin Dada, Nelson Mandela, Desmond Mpilo Tutu etc). Também aparecem notícias sobre a riqueza daquela terra, tantas vezes exportada para boa parte do mundo, como são os casos dos minerais, do petróleo, dos vinhos, da fauna e da flora (que ainda resistem ao avanço da ocupação humana).

A contradição que surge entre tão grande riqueza e tamanha miséria é como um campo vazio a ocupar nossas mentes. Tantas vezes gostaríamos de ter respostas mais esclarecedoras dos meios de comunicação, mas estes, além de cobrirem sumariamente

aquela parte do mundo, reproduzem conceitos e representações que vulgarizam a complexidade das diferentes regiões que compoem o continente africano. Isso aumenta nossa dificuldade em compreender os problemas daquela região.

Muitas vezes, esses mesmos problemas aparentam estar distantes de nós, levando-nos erroneamente a pensar que, embora seja triste e doloroso todo aquele sofrimento, nós, do continente americano, já temos nossos próprios problemas para resolver. Isso cria certa resistência por parte de alunos e professores das universidades e dos Ensinos Médio e Fundamental. O que essa imagem negativa da África traz para a população brasileira e o restante dos americanos?

Telejornais, revistas, jornais e filmes são aqueles que mais contribuem para

reforçar a visão negativa da África. Não se tem notícias das relações conjugais da Somália, da história das rivalidades em Angola ou da diversidade étnica no Benim – poderíamos aumentar a lista de interrogações. Quando vemos um filme como *Hotel Ruanda*¹ somos informados que Hutus não gostam de Tutsis, e por isso arrancam vidas dos inimigos como assassinos inescrupulosos e sanguinários. Embora tenha a importância de revelar ao mundo genocídio tão alarmante, este e tantos outros filmes terminam no ponto pelo qual, paradoxalmente, deveriam ter começado: “afinal, por que eles se odiavam tanto?”, pergunta o incrédulo espectador. Não vale aquela explicação do personagem “bonzinho” dizendo que estava vingando sua família, que havia sido espartejada pela etnia rival.

Hotel Ruanda poderia ser filmado em Kosovo, na Palestina, no Curdão e em diversos outros lugares em que haja intolerância étnica. Mudaria o título e a cor dos atores e atrizes. É um filme hollywoodiano, um *filme-denúncia*, propositalmente desvinculado de contexto e “porquês”.

Além da visão negativa que se tem da África em filmes e telejornais, somos também muito mal formados e informados acerca da geopolítica do continente (países, regimes de governo, religião etc). Geralmente, as pessoas não precisam ser informadas que a França fica na Europa ou que os Estados Unidos da América está localizado ao norte do continente americano, elas simplesmente sabem e pronto. Conhecem a língua, alguns costumes e seus pontos mais famosos. No entanto, é difícil para essas mesmas pessoas saberem que o Antigo Egito ficava no continente africano assim como, hoje, estão os namíbios, congoleses, angolanos, moçambicanos, beninenses, senegaleses, camaroneses, zairenses e tantos outros habitantes das nações contemporâneas do sub-Saara. Afinal, como ligar isso tudo? Como explicar essas mudanças ao longo do tempo? Daí a importância das pesquisas arqueológicas, historiográficas e antropológicas. Se há tempos atrás essas disciplinas estavam

recheadas de preconceitos em relação às diversas etnias lá existentes, atualmente produzem vasto material que pode e deve ser consultado por todos - principalmente por produtores de filmes e diretores-executivos de tele-jornais. Elas certamente nos ajudarão a entender as contradições existentes ontem e hoje.

PRIMEIROS PASSOS

Arqueólogos brasileiros desenterraram o crânio de uma mulher, que a exemplo de outra, Lucy, na Etiópia, tem ajudado a sacudir antigos cânones defendidos durante décadas pelas ciências européia e norte-americana.² Esse achado levanta a possibilidade de povos negros da África terem chegado à América do Sul – no que hoje é o Brasil – há 12.000 anos atrás, bem antes dos povos mogolóides, ancestrais dos ameríndios. Através dos livros didáticos de História aprendemos que os escravos começaram a chegar ao Brasil no século XVI assim como em boa parte do resto do continente. Também aprendemos que seus descendentes compoem parte expressiva da população que habita esse lado do Atlântico, principalmente o Brasil. Além disso, encontramos diversas informações acerca do processo de descolonização dos países africanos, que através de lutas e guerras no meado do século XX conseguiram reaver a soberania perdida por imposição das nações européias (*imperialismo*). Nos dias atuais, também nos é possível acompanhar notícias acerca de estudantes e imigrantes africanos (legais ou clandestinos) assassinados ou humilhados por atitudes xenofóbicas e racistas em países como Rússia, França e Portugal.

Essas fases nos informam de momentos históricos em que indivíduos de diversas nações africanas passaram a ocupar outras regiões do mundo nas histórias Moderna e Contemporânea. A maior parte deles foi levada à força, sem escolha, após perder sua liberdade e tornar-se mercadoria, para trabalhar nas diferentes áreas da produção do Novo Mundo, entre os séculos XVI e XIX (no

mesmo período, outra também foi vendida para a Europa, atual Oriente Médio e Índia). Um fluxo mais intenso é bem mais contamporâneo, quando assistimos a indivíduos provenientes das antigas colônias emigrando para diversos países, principalmente aqueles considerados ex-metrópoles, tais como Portugal, Inglaterra, Alemanha, Holanda, França e Itália. Sendo que não somente africanos emigram, mas também afro-descendentes das antigas colônias das Américas.

Assim, nos dias atuais, após esse enorme deslocamento humano da África para os demais países do mundo, o cidadão comum encontra dificuldades para compreender esses fluxos. Eles desconhecem os contextos em que estes fenômenos ocorreram e ainda ocorrem. A ligação entre uma determinada região do globo e a cor da pele dos respectivos habitantes tornou-se menos precisa que há pelo menos cinqüenta anos atrás. Essas mudanças têm levado especialistas das mais diversas áreas do conhecimento a analisar o que está ocorrendo e os obrigando a criar conceitos que sintetizem e expliquem estes fenômenos.

Um dos conceitos preferidos entre eles é o de Diáspora. Originalmente, o termo está ligado à história judáica, significando a *dispersão* desse povo pelo mundo. No sentido bíblico, o povo de Israel e Judá fora dispersado após Deus retirar-lhes as terras como castigo. Mas para a historiografia, a dispersão está ligada a invasões e guerras que expulsaram os judeus, aproximadamente, no meado do primeiro milênio antes de Cristo. Uma segunda diáspora ocorreu ainda no ano 70 d.C, quando Jerusalem foi tomada pelos romanos, levando os judeus para África, países europeus e depois, com as navegações do século XV-XVI, para o continente americano. Hoje eles são milhões espalhados pelo mundo, em países como os EUA (a maior concentração), Brasil, Argentina, Reino Unido, França e o Estado de Israel, que foi criado após a Segunda Grande Guerra especificamente para o povo judeu (situação geradora de constantes e sangrentos conflitos). Como se pode ver, essa dispersão tem uma história de mais de dois

mil anos e ainda permanece viva na história da humanidade. Dispersão marcada por invasões e deslocamentos forçados dos habitantes.

Daí a ampliação do conceito no sentido de absorver a história dos africanos, e explicar o deslocamento forçado de homens, mulheres e crianças das diversas etnias africanas através do rentável comércio de pessoas para as Américas, que foi o *locus* de uma das mais importantes fases produtivas da economia mundial da Era Moderna, a *plantation*. Alguns especialistas ampliam esta visão e defendem que o tráfico de escravos poderia ser uma primeira grande dispersão, seguida de uma segunda, a proveniente da imigração voluntária, involuntária ou induzida de africanos e afrodescendentes para as antigas metrópoles após a descolonização ocorrida no século XX. Essa que permanece vigente nesse novo século tal qual vemos hoje anunciadas nos principais jornais. Quem sabe, com maiores pesquisas, possamos num futuro até dizer que a primeira dispersão foi, na verdade, a africana com *O povo de Luzia*.³ Resta-nos perguntar, então, o que seria Diáspora Africana?

Em primeiro lugar temos de ter em mente que o “africana” é uma adjetivação do conceito original “diáspora”. Isso porque, como veremos em um futuro módulo, há “diáspora portuguesa”, “diáspora irlandesa”, “diáspora mexicana” e tantas outras que foram criadas após as grandes levadas migratórias ocorridas no século XX. Devido a isso, Stuart Hall, tem visto o conceito como um tipo de “valise” que absorve diversas questões (imigração seria uma delas) que deveriam ser tratadas separadamente. Por isso, há um aumento das discussões que tentam melhor definir as fronteiras do conceito diáspora e, depois, de adjetivações tal qual “africana”.

Para Nei Lopes, a diáspora africana “compreende dois momentos principais. O primeiro, gerado pelo comércio de escravos, ocasionou a dispersão de povos africanos tanto através do Atlântico, quanto através do oceano Índico e do mar Vermelho [...]. O segundo momento ocorre a partir do século XX, com a

imigração, sobretudo para a Europa, em direção às antigas metrópoles coloniais. O termo ‘Diáspora’ serve também para designar, por extensão de sentido, os descendentes de africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que construíram”⁴ Esta descrição é dividida por diversos outros autores que analisam o conceito. Um grupo de estudiosos segue o mesmo caminho e entende que ela se “refere à dispersão da população africana por todas as partes do mundo através de migrações *voluntárias, forçadas e induzidas*. Estas tem resultado, nesse sentido, da realocação e redefinição do população africana no atual quadro internacional, e da recriação e reforma destas culturas onde quer que elas existam”.⁵ Fala-se em deslocamento humano e dos valores e costumes (em constante mudança) que acompanharam os indivíduos ao longo do tempo. No entanto, outros estudiosos têm ido além.

Uma das primeiras ampliações é entender que não havia um “movimento unidirecional de pessoas negras da África para fora”, uma tendência que Paul Gilroy denuncia como “purista” e até “absurda”.⁶ Há deslocamentos de idéias e de pessoas para ambos os lados, que interagem e modificam costumes, regras e idéias, e tudo isso pode ser checado na história. Stuart Hall vai um pouco mais além e defende que “A ‘África’ original não se encontra mais lá. Já foi muito transformada. A história, neste sentido, é irreversível. Não devemos ser coniventes com o Ocidente, que justamente normaliza a África e dela se apropria, congelando-a nalguma zona imemorial do passado primitivo imutável. A África, por fim, deve ser levada em conta pelo povo do Caribe [e inclui ativistas e intelectuais de outras regiões das Américas], mas não pode, em nenhum simples sentido, ser recuperada.”⁷ Paul Gilroy também combate a idéia de que os indivíduos da diáspora – distribuídos através de diversos continentes – estão ligados por “heranças comuns, história e descendência racial. Para Gilroy tais conceitos de diáspora africana tornam homogêneas as diferenças e formam um tipo de ‘absolutismo étnico’ do

qual ele é tão crítico no seu *O Atlântico Negro*.” Daí ele entender que isso pode levar a binarismos, tais como colonizador/colonizado, que impede ver diferenças mais complexas.⁸

Muitos especialistas têm discutido as ambiguidades do termo diáspora, um “termo que literalmente (e num nível histórico, negativamente) denota comunidades de pessoas deslocadas de suas terras natais através da migração, imigração, ou exílio como consequência da expansão colonial, mas etimologicamente sugere (mais positivo) fertilidade da dispersão, disseminação e distribuição de sementes.”⁹ Jana Evans Braziel e Anita Mannur sugerem, então, que os teóricos do assunto não devam nem necessitam “ser divorciados das especificidades históricas e culturais” para estudar diáspora. Mas devem cruzar outras questões relativas à identidade, tais como religião, etnia, gênero, nacionalidade.

Assim sendo, temos que diáspora africana deve ser entendida em seu sentido histórico, analisando o deslocamento humano (voluntário, forçado ou induzido) para outras regiões do globo ao longo da história; que devemos estar cientes que essa mobilidade não é unidirecional (europeus, árabes, asiáticos e afro-descendentes retornados estiveram inseridos na experiência de diversas etnias africanas); e que não há um “absolutismo étnico” como nos lembra Gilroy.

Assim sendo, neste módulo que ora se inicia procuraremos entender historicamente os contatos comerciais e políticos entre as nações existentes no continente e destas com as de outras partes do globo, através das investigações arqueológicas, antropológicas, historiográficas e pela ciência política. No mesmo sentido, não deveremos esquecer que ninguém chega a algum lugar sem uma bagagem de valores e costumes, e que essa mesma bagagem não está imune ao que é próprio do local de chegada, podendo levar a mudanças mormente sociais e culturais agudas no cotidiano – que nunca é estático. Além disso, exploraremos os limites temporais deste deslocamento humano, que ultrapassaram a

chegada dos europeus pelo Atlântico, tal qual os livros didáticos e os principais meios de comunicação nos fazem crer (os diversos estados africanos já ultrapassavam os limites do seu continente pelo Oceano Índico e Mar Vermelho muito antes de Portugal e Espanha aprenderem a navegar pelo Além Mar). Finalmente, veremos que “africano” é um termo inventado para designar aqueles habitantes da região, e está muito longe de representar a diversidade étnica que havia e ainda existe naquele continente.

A reafirmação deste termo impede que as diferenças entre aquelas nações sejam reconhecidas, criando uma falsa homogeneidade. Não atentar para esse fato, leva muitos a entenderem a África como algo monolítico, sem rivalidades internas e mantenedora de uma cultura congelada em tradições inventadas (como Hobsbawn nos faz lembrar). Tradições que, para alguns, ainda poderiam ser encontradas intactas em todas as terras da diáspora.

A ÁFRICA TEM HISTÓRIA?

Até aproximadamente meio século atrás, os historiadores permaneceram distantes da África. Para eles, em poucas palavras, a África não tinha história.¹⁰ Seus habitantes em geral não prezavam pela escrita e pela formulação de documentos, suas crenças e rituais eram denominadas “animistas”, e seu sistema político em muito se afastava do europeu, visto como mais sólido e contínuo. Desta forma, os africanos eram entendidos como seres primitivos, de cultura rudimentar e atrasada em comparação à dos ditos países “mais desenvolvidos”. Creio ser desnecessário dizer que essa visão, em muito baseada em teorias científicas evolucionistas e racistas, forneceu o alibi para a invasão européia ao continente entre os séculos XIX e XX, e mesmo a manutenção da exploração colonial por décadas. Para aqueles historiadores cuja metodologia e objetos de pesquisa aferravam-se aos estudos das políticas de Estado (ainda marcantes no início do século XX) e antropólogos que mantinham-se trancados em

seus gabinetes, os povos da África eram muito mais seres exóticos e primitivos que objetos de pesquisa.

Fernand Braudel, um expoente da Escola dos Annales, no meado do século XX, explorou outras dimensões para escrever história, ampliando seu foco para além da política. Procurava uma “história integrada pelo mar”, em que, grosso modo, fatores econômicos e sociais pudessem mostrar a relação entre a região e a vida das nações e povos existentes no mar Mediterrâneo. Essa tentativa de redigir uma história total influenciou outros historiadores que, por sua vez, exploraram o Atlântico, como Pierre Chanu, Vitorino Magalhães-Godinho e Frédéric Mauro. Todos eles, como defende John Thornton, usaram o método de Braudel.¹¹ No entanto, o Atlântico ainda era por eles “visto sob uma perspectiva européia”. As sociedades nativas apareciam “num nível bem inferior de desenvolvimento” quando comparadas à européia. Para Thornton, Chanu fez, inclusive, “defesa do eurocentrismo”, visto que as mudanças na Idade Média teriam dado aos europeus uma posição “dominadora”, se tornando os “únicos atores significativos”.

Foi por volta da década de 1960 que historiadores (inclusive africanos) começaram a mudar esta visão eurocentrista. Eles começaram a participar ativamente da construção de uma história da África através de fontes diversas. Mas, segundo Thornton, uma parte deles não diferia da visão de Chanu. Era formada por neomarxistas e adotava as idéias de Immanuel Wallerstein na qual as economias dos países africanos estavam diretamente relacionadas às européias e americana, numa relação explicada pela teoria da “dependência”, ou seja, reafirmando a idéia de uma supremacia européia em relação à africana. Além disso, ainda segundo Thornton, ela concordaria que a África teve um papel passivo frente à Europa, sendo os africanos indefesos e vítimas das poderosas nações do Velho Mundo. Basil Davidson, embora concorde com a teoria da dependência, foi

um pouco mais além e sublinhou as realizações dos africanos antes da chegada dos europeus.

Historiadores afro-americanos têm pesquisado essas realizações para entender “as excepcionais contribuições [dos africanos] à cultura dos EUA”. Para Thornton, muitas vezes eles utilizaram fontes que terminaram por congelar essas mesmas contribuições no tempo, dificultando a percepção das mudanças ocorridas desde o encontro entre os primeiros escravos oriundos de diversas etnias e destes com os grupos que habitavam o Novo Mundo.

John Thornton defende uma visão a partir das atitudes dos próprios africanos, vendo-os como agentes da sua própria história. Para ele, “os africanos foram participantes ativos no mundo atlântico, tanto no comércio africano quanto nos escravos no Novo Mundo”. Os africanos controlavam o caráter de suas interações com a Europa”. Os europeus não tinham como forçá-los ou submetê-los, o processo de negociação havia de ser voluntário. A elite dominava essas intermediações e os estados africanos. No que tange aos costumes e valores, entende que práticas e rituais políticos e religiosos europeus chegaram à região, mas a assimilação desta cultura foi aceita de “bom grado, segundo seus termos e em seus territórios de origem, e não obrigatoriamente sob o jugo da escravidão”.

Como se pode notar, os referenciais teóricos e metodológicos da historiografia sofreu – e continua sofrendo – mudanças acentuadas. Enquanto objetos de pesquisa, os africanos passaram de animistas e primitivos a negociantes independentes e astutos. Novas fontes e interlocuções teóricas surgidas ao longo do século XX têm permitido um melhor conhecimento de uma História, que existe. No entanto, os historiadores acima arrolados enfatizaram o período marcado pelo comércio com os europeus através do Atlântico. Obviamente procuravam reconstruir a história recente de todo Ocidente, desde a expansão patrocinada pelas Grandes Navegações até a conquista do continente africano pelas mais poderosas nações européias. Geralmente, também é o período de interesse da maior parte

das pessoas comuns, por nele encontrar parte das referências culturais e sociais que explicam a realidade de boa parte dos países que receberam membros de etnias africanas.

No entanto, há um passado muito mais longínquo de relações entre os africanos e destes com os demais povos dos continentes vizinhos, que estudantes e professores pouco ouviram falar. Estudiosos ligados à arqueologia, à história e à antropologia têm revelado conexões e trocas comerciais com países tão distantes como China, Índia, península arábica e, agora, o próprio Brasil, muitos antes do nascimento de Cristo.

A possibilidade de os indivíduos do Antigo Egito serem negros foi defendida na Universidade de Paris, em 1951, pelo arqueólogo senegalês Cheikh Anta Diop. Cor bem distante dos atores e atrizes que interpretaram filmes hollywoodianos sobre o Antigo Egito. Porém, sua tese não foi aceita pela banca e Diop teve de ampliar suas pesquisas e encontrar mais evidências para que ela fosse aceita anos depois. Além disso, ele utilizou um laboratório de radio-carbono para reforçar sua tese através de materiais coletados das múmias. Até hoje há imensa discussão acerca da cor dos antigos egípcios. Enfim, como se pode notar, é difícil defender certas teorias acerca da África, principalmente quando um determinado nível de desenvolvimento (tecnológico, político etc) está em jogo.

Em 2002, a *BBC News* publicou matéria sobre a descoberta do que pode ser a mais antiga comunidade agrícola assentada na África, nos arredores da capital da Eritreia, Asmara. Essa região fica no que é conhecido por Chifre da África, banhado pelos mar Vermelho e Oceano Índico. Nas escavações, os arqueólogos encontraram vestígios de 3000 anos atrás, aproximadamente 1000 antes de Cristo. Ela dá sinais de uma cultura bem diferente de casas feitas de pedras que não tinham porta (a entrada era pelo teto), comiam carne, bebiam cerveja e vestiam peles de animais. Foram encontrados brincos, braceletes e anéis de ouro, punhais de cobre e bronze e muitas jarras de cerâmica.¹²

A descoberta de uma sociedade como essa nos revela uma organização social que conhecia tecnologias necessárias para sobreviverem e resistirem às intempéries e mudanças cíclicas que a Natureza provoca. Sabiam cultivar, armazenar seus produtos, e vivam em casas seguras, construídas para seu conforto, permitindo desenvolverem suas vidas e possivelmente formações políticas e religiosas, que ainda desconhecemos. Objetos de uso pessoal como anéis e brincos mostram uma preocupação com a estética e, mais importante, revelam o conhecimento que tinham de materiais como ouro, cobre e bronze e o domínio da tecnologia necessária para transformá-los. Pesquisas como estas são capazes de trazer à luz histórias dos povos sub-saarianos que foram negadas por historiadores e outros especialistas (por limitações de método ou preconceito), que não viam nada mais que o Antigo Egito (muitas vezes, retratado como um povo mais claro).

COMÉRCIO E RELIGIÃO: ELOS DE CONTATO

Por falar em Saara, é importante notar que o deserto era uma barreira natural entre o Norte e o restante do continente africano. A leste do grande deserto, o vale do Rio Nilo e o mar Vermelho ainda permitiam um maior contato entre as duas regiões, e destas com a Península Arábica e demais regiões a sudeste (como os atuais Iémen, Egito, Omã, Palestina, Jordânia, Irã, Iraque). Essa proximidade permitiu que os indivíduos dessa região tivessem maior contato com outras civilizações, levando-os a trocas de valores e costumes presentes em diversos objetos encontrados em escavações. Produtos provenientes da região do atual Irã, da antiga Pérsia e de outras regiões foram encontradas para um período anterior ao nascimento de Cristo. Várias cidades encontradas em escavações arqueológicas revelam materiais idênticos aqueles produzidos em regiões externas à África, mostrando importantes rotas comerciais que ligavam aquelas sociedades. A parte mais bem documentada, porém, refere-

se aos períodos da chegada dos primeiros cristãos à região e, depois, dos muçulmanos. Foram eles que em larga medida redigiram o que seus olhos observavam nas cidades por onde passavam, no sentido de comerciar e/ou expandir sua fé.

Os cristãos fundaram a primeira igreja em Alexandria, no Norte da África, em 200 d.C. Daí para frente a religião experimentou um grande crescimento, sendo que em 325 d.C. já havia 51 dioceses no Egito. Em 400 d.C., 90% dos egípcios haviam assimilado o Cristianismo. Gregos, judeus e talvez Romanos tenham levado o cristianismo para o Magrebe,¹³ espalhando a nova fé entre os povos bérberes.¹⁴

Os cristãos não ficaram reduzidos ao Norte da África, eles também subiram o vale do rio Nilo ou pelo Mar Vermelho até chegarem ao Sudão e à Etiópia. Eles procuravam trazer comerciantes, chefes e membros das elites dos estados para o Cristianismo. Um exemplo disso se deu no reino de Axum (nas atuais Etiópia e Eritreia).

Frumêncio, mercador cristão, foi tutor do futuro rei Ezana, que adotou o cristianismo por volta de 333. Axum cresceu para o Sul do planalto etíope, e transformou templos pagãos em cristãos. As escrituras foram traduzidas para *Ge'ez* (língua franca semita de Axum; usando um alfabeto do Sul da Arábia). Embora o Cristianismo tenha se tornado a religião oficial do Estado, ela na verdade era mais uma entre outras toleradas, como foi o caso do judaísmo.

Axum herdou grande parte da cultura do Sul da Arábia, refletida nos edifícios apalaçados e estelas de pedra que assinalavam túmulos reais. No século III, cunha moedas segundo padrões romanos. Axum decaiu depois do século VI d.C. com a guerra entre Bizâncio e a Pérsia (que desviou o comércio), com a invasão muçulmana que destruiu uma das suas principais cidades, Adulis, que era porto no Mar Vermelho, e o declínio das chuvas.

No caso da Núbia, o cristianismo chegou de outra forma. Foram os mercadores egípcios que trouxeram o cristianismo no

século V. A Núbia localizava-se no vale do Nilo, nos atuais Sudão e Egito, e era composta de três reinos: Nobatia (capital Faras); Makuria (antiga Dankola) e Alwa (Capital Soba; próxima à atual Cartum). Durante um milênio, os respectivos reis núbios foram cristãos monofisitas, mais ligados à Alexandria. Escavações acharam ruínas de igrejas. No entanto, com a queda do Egito durante a expansão muçulmana, tornaram-se mais ligados à Constantinopla e ao nestorianismo.¹⁵

Embora tenha sido um processo de rápida captação de fiéis, o catolicismo enfrentou problemas diversos a cada novo passo dado para o sul do continente. As idéias presentes no livro sagrado dos cristãos entravam em choque com os costumes locais. Segundo John Illife, o cristianismo “pregava a fraternidade entre todas as classes sociais, cada vez mais estratificadas”. Prometia a ressurreição “num mundo sem sentido e proteção espiritual”. Em vez de “múltiplas forças espirituais e feiticeiros humanos”, o cristianismo apresentava “um conflito dual” entre Deus e o Diabo.

No caso da rota trans-saariana, a oeste do continente, a situação é um pouco mais diferente. Também foi aquela região marcada pelo comércio e pela religião, mas especificamente através da expansão do Islã, após a morte do profeta Maomé. Embora já existisse comércio entre os estados ao Sul do Deserto, na região das Savanas, e destes com o Norte, foi a chegada dos árabes muçulmanos que levou a dinamização do comércio e a transformação do Islã na fé predominante através do Norte da África, estabelecendo pontos de apoio no Oeste e Leste da África. Este processo, segundo Illife, começou a “reintegrar a África Sub-Saariana na história (do Velho Mundo) pela primeira vez desde o dessecamento do Saara”.

No ano 639 d.C., 4000 muçulmanos tomaram o Egito comandados por Amir ibn al-As. Não tardou para os muçulmanos alcançarem as cidades ao sul do Saara, através de rotas que cortavam o imenso deserto. Eram principalmente mercadores que

levavam a fé de Maomé e assim, aos poucos, os membros dessas regiões foram aceitando o islamismo. Quando o primeiro muçulmano chegou à região sub-saariana ocidental encontrou cidades e um sistema de trocas regionais que parece ter sido uma invenção local. A razão dele encontrar esta dinâmica rede de trocas trans-saarianas, naquela época, devia-se a florescentes economias de alguns estados.

A cidade de Jenne no atual Mali, delta do Niger, demonstrava ter sido grande e populosa havia séculos. Eles cultivavam plantas nas bordas do rio (*floodplain*) que eram transportadas para a Savana ao Norte e para o Sul. Os homens das cidades manufaturavam minério de ferro e adquiriam objetos de cobre de lugares não tão muito próximos quanto ao Sul do Saara. Possivelmente eles não teciam pano (uma técnica possivelmente introduzida por traficantes Muçulmanos). Até a metade do primeiro milênio depois de cristo eles não possuíam quase nada do Mediterrâneo, somente pequenas peças em vidro. Jenne até aquele tempo foi parte de um extensivo sistema de traficância de mercadorias próprio daquela região africana. Quase nada se sabe acerca da agricultura, mas há muitas indicações de comércio regional, especialmente de metais (as escavações em tumulos e outras áreas demonstram o uso de caçarolas de ferro e cobre assim como de ornamentos).

Nas rotas dos escravos – um dos principais “produtos” de comercialização – havia outras importantes cidades. O compradores poderiam atravessar o deserto também entre Kanem, no lago Chad, ligando-se à Zawila e depois às regiões consumidoras de escravos (Ifriqiya, Egito e Meio Leste). Kanem e sua sucessora Borno suprimiram a África Ocidental e o mundo islâmico de escravos por uns mil anos, comprando em troca cavalos para facilitar o deslocamento dos escravos. Como descreve Illife, Kanem foi “primeiramente mencionada em 872 por al-Yakubi como uma dos três principais reinos da Savana, ao lado de Gana e Gao”, a Oeste.

Gana era um reino do povo Soninke, negros de uma linguagem Niger-Congo. Esta

rota vinha mais próxima à costa ocidental que à por Zawila. Seguia de Tahert (bem próxima ao Mediterrâneo) para Sijilmasa no Sul do Marrocos, e depois seguia mais ao Sul até chegar a Gana. O centro da realeza ainda não foi descoberto, mas parece que era bastante rico. E já aparece em falas de geógrafos árabes como al-Bakri. O rei não era muçulmano embora parte dos seus ministros o fossem.

No século VIII, a exportação de ouro da Savana Ocidental parece ter sido incrementada fortemente. Até aquele século somente duas cidades tinham moedas de ouro. No século XI, diversos reis e califas queriam moedas para cunhar seus símbolos, o que atraiu comerciantes europeus para as cidades da costa do norte Africano. Daí por diante, Genova e Florença (1252) e Veneza (1284) começaram a cunhar moedas de ouro. Negros escravos também apareceram nos mercados do Sul europeu durante o século XIV.

A expansão comercial do ouro contribuiu para a mudança de poder dentro do Ocidente da África. Um novo campo de ouro floresceu às cabeceiras do rio Niger entre o povo de linguagem Malinke, que possuía chefes menores, alguns tocados pelo islamismo. Quando o povo Soninke não-islâmico procurou dominá-los, surgiu um caçador e guerreiro chamado Sundiata Keita que comandou a resistência do povo Malinke, criando o reino do Mali, na primeira metade do século XIII. Seus domínios e suzerania se estendiam por aproximadamente 2000 Km, da costa do Atlântico até o meio do Niger. Mali foi um estado maior e mais importante que Gana, sendo ainda central nas terras agrícolas do Alto Vale do Niger. Isto marcou um melhor estágio na reintegração da África do Oeste com o Velho Mundo.

No início do século XIV, Mali foi oficialmente considerado um estado muçulmano no mundo islâmico - seus governadores participavam, inclusive, das peregrinações à Meca. No entanto, segundo fontes de viajantes árabes, havia práticas religiosas não-islâmicas como mascarados dançando, recitação pública de tradições pagãs, comiam comidas

proibidas e as mulheres vestiam uma quantidade insuficiente de roupas para a moral muçulmana. O Islã não é somente uma religião mas uma ordem social também. Esta mudança na África foi sendo imposta aos poucos. Ela foi mais difícil entre os cultivadores que criam em divindades e não tinham muito contato com estrangeiros muçulmanos. Governadores, no sentido de manter a unidade local, geralmente patrocinavam o islã entre os seus. Este foi o caso de Mali e também de Gao no século XI, que teve o primeiro governador muçulmano da África tropical

Finalmente, vamos discutir a chegada mesma dos europeus pelo Oceano Atlântico, a última área de contato da África a ser visto neste texto. Esta, na verdade, vem sendo uma das mais bem documentadas e discutidas nos últimos tempos, com uma quantidade imensa de teses e dissertações nos países da diáspora, sobretudo EUA, França, Portugal e Brasil.

Certamente, o leitor já deve estar se perguntando a razão de eu ter falado em venda de escravos um pouco mais acima e não discutir o assunto. Mas ela foi deixada para esse momento – embora o grosso dessa discussão seguirá na próxima apostila. Escravidão em África era uma instituição muito anterior à chegada dos europeus, prática que havia sido comum na própria Europa, no Leste Europeu e em outras partes do planeta. A escravidão, enfim, não foi uma peculiaridade das etnias africanas da Era Moderna. Na verdade, ela era parte dos valores e costumes presentes naquelas sociedades e estavam diretamente ligadas à economia política dos Estados. Nesse sentido, como bem defendeu John Thornton em outra parte desse texto, quando muçulmanos árabes - pelas rotas trans-saarianas - e europeus - via Atlântico - chegaram para trocar suas mercadorias por escravos, os comerciantes africanos apresentavam ampla experiência nesse tipo de negócio.

O que diferenciava esse comércio intercontinental de pessoas daquele praticado no próprio continente era que o primeiro levava escravos para lugares tão distantes como as Américas, tornando as possibilidades de retorno bastante remotas. Em segundo lugar, temos a maior procura por escravos do sexo masculino que feminino para o trabalho no Novo Mundo. E, finalmente, a quantidade de escravos consumidos pelas Américas era incomparavelmente maior que para outras regiões, correspondendo ao incremento das plantations e da extração de metais preciosos. Essa quantidade foi tão expressiva que os historiadores hoje discutem até que ponto a falta de homens e as guerras por escravos pode ter interferido no desenvolvimento econômico do continente, nos quase quatro séculos de tráfico de escravos para as Américas.

A “produção” de escravo, ou seja, o processo de expropriação da liberdade de um indivíduo, passava sobretudo pela guerra. Reinos mais poderosos e belicosos invadiam outros mais fracos e sequestravam homens, transformando-os em escravos e vendendo-os aos comerciantes europeus. A situação gerou cada vez mais guerras nessas regiões. Parte dessa situação só se resolverá no início do século XIX, quando uma série de acordos é firmada para paulatinamente encerrar o tráfico de escravos. Uma das primeiras partes a abolir o tráfico foi justamente a região conhecida por África Ocidental.

Seguindo a divisão proposta por Manolo Florentino, podemos dividir o contato entre europeus e etnias do lado oeste do continente em três: África Ocidental (Costa da Mina, Benin, São Tomé etc.), África Central Atlântica e África Oriental.

Em relação à África Ocidental, sabe-se que os portugueses comandaram o tráfico na região ao longo do século XVII, através do rio Senegal. A Alta Guiné “parece”

ter sido o mais importante núcleo de obtenção de escravos. Assim como o historiador Joseph Miller, Manolo Florentino entende que os portugueses começaram fazendo “sequestros”. Mas “o modelo de intercâmbio entre euro-americanos e africanos” através de enclaves litorâneos parece ter dado melhor resultado. Assim, “a partir de alianças políticas, comerciais e militares com as autoridades nativas, trocava-se manufaturados europeus ou tabaco e aguardente americanos por cativos.” O comércio diminuirá até cair completamente após 1816, mostrando a aceitação do governo português em não mais traficar escravos ao Norte do Equador, como acordado com os ingleses.

A África Central Atlântica ou Congo-angolana demonstrou incapacidade de produção de escravos para suprir a demanda do sudeste após 1808. Mesmo assim é desta região que “parte a grande maioria dos escravos que entra no porto do Rio de Janeiro – 81% dos negreiros provêm desta zona entre 1790 e 1830. Os contatos dos portugueses com o rei do Congo ultrapassará a simples negociação. Aqui haverá uma interação maior, tendo sido aquele rei influenciado pelas leis e religião dos lusitanos. Isso o levará a criar uma nobreza tal qual a portuguesa e a adotar um nome cristão e o próprio catolicismo. Seu reinado foi reconhecido pelo rei de Portugal, que tratava o do Congo como um igual. Haverá, inclusive, apoio em guerras dado pelo estado europeu ao seu colega africano.

A África Oriental se consolidará como uma “grande fonte abastecedora do porto do Rio de Janeiro depois de 1811”. A Abertura dos Portos “determinou o crescimento das exportações da área do Oceano Índico”, já que a pressão inglesa cada vez mais caçava barcos e aprisionava tripulações e cargas. Essa região experimentará as mudanças trazidas pela proibição do tráfico, com a criação de uma produção legal de gêneros exportáveis. O crescimento das plantations na própria África e o emprego de uma mão-de-obra disfarçadamente escrava dará o tom das

mudanças que ocorrerão na economia africana no século XIX.

CONCLUSÃO

Após esse sumaríssimo passeio pelos principais contatos dos povos africanos com as demais partes do mundo, podemos notar que a idéia de uma diáspora ultrapassa a Era Moderna e chega a um passado tão longínquo ainda não alcançado pelos arqueólogos (Lembremo-nos de Luiza - 12.000 anos atrás - e da *BBC News* sobre a comunidade agrícola que havia na Eritreia – há 3.000). As pessoas e até algumas destas civilizações já não existem mais. Porém, elas participaram da criação e recriação de conhecimentos e costumes que se espalharam por diversas regiões - tenham elas passado por lá voluntariamente ou não. Entender até que ponto esse conhecimento persistiu, foi redimensionado ou até esquecido é tarefa das mais complicadas de se definir. Importante, porém que não se invente tradições ou se tente congelar costumes e valores. Dai o papel da História.

Entendemos que não somente a África exportou pessoas, mas também as recebeu. Missionários, comerciantes, enviados oficiais de outras nações, soldados e retornados tiveram papel ativo junto a faraós, reis e às elites africanas. A aceitação de uma religião estrangeira e mesmo a introdução de normas e regras procedentes de outros reinos são exemplos consideráveis desta troca de costumes e valores entre a África e estados da Ásia e da Europa. Mesmo as trocas comerciais permitiam maior desenvolvimento regional, através de objetos e animais que facilitariam a manutenção de domínios e da própria comunidade. Estas assimilações não eram geralmente impostas, correspondiam a necessidades próprias daqueles povos, que as incluía no seu dia-a-dia. Em suma, não há como pensar África num sentindo unilateral.

Aprendemos também que não devemos compreender os africanos como coitados ou vítimas dos europeus. Antes disso, é preciso entender a escravidão e sua história,

não somente na África, mas como algo existente entre os homens até os dias de hoje. Se partirmos da vitimização, perdemos a possibilidade de entender o contexto em que o processo se deu. Certamente ainda falaremos mais sobre o assunto em nossa próxima aula.

Embora seja unânime entre os historiadores contemporâneos, nunca é demais dizer que a África tem História, e que ela vai muito além do tráfico internacional de escravos, exercida por europeus e mesmo africanos. Por outro lado, ela também não se resume às guerras, às doenças e à miséria, corriqueiramente reproduzidas na mídia. Ela é resultado de múltiplos encontros, de criações e recriações de rituais e tradições, de choques de cultura e redimensionamento de visão de mundo, de interesses econômicos e políticos muito fortes, de rotas que contactam e transformam diferentes pessoas no caminho entre uma e outra cidade.

Voltando a uma questão deixada propositalmente no início desse texto, entendo que a reprodução de imagens exclusivamente de tragédias, guerras e misérias, carentes de contexto e história, como se passam em filmes e noticiários, vai além de uma caricaturização da África. Na verdade, elas parecem reforçar as idéias de que haveria um mal sobre aquele continente, que não consegue organizar-se tal qual o mundo ocidental estabelece como meta a ser alcançada por todos os demais países (democracia, ordem, moral cristã, equilíbrio econômico). O senso comum das informações e imagens que nos chegam parecem indicar que algo “inato” àquele povo (obviamente, muitos imediatamente ligam a uma explicação biológica através de possíveis diferenças raciais) emperra as possibilidades de mudança. Mas isso – penso eu – pode ir além e transportar a mesma idéia para os afrodescendentes, tendo como premissa o lugar ocupado pelos negros nas estatísticas sócio-econômicas dos principais países da diáspora africana.

Essas imagens e informações passadas sem contexto, sem história, sem discussão, sem pluralidade, provocam mais danos do que pensamos. Os próprios afro-

descendentes podem realmente vir a acreditar nisso, ou dizer-se mais brancos que negros. Questões como a preferência por brancos nos empregos de melhor remuneração, a ausência de projetos transformadores que se coadunem aos interesses locais das escolas das periferias, a falta de vontade política para melhorar a infra-estrutura das comunidades, o desrespeito dos meios de comunicação em relação aos costumes e crenças religiosas afro-descendentes representam algumas das questões esquecidas quando quadros exclusivamente negativos sobre a África são apresentados. O continente que produziu os negros que se dispersaram pelo mundo. Estas são questões para pensarmos e disutirmos, sempre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAZIEL, J. E.; MANNUR, A. (Ed.) *Theorizing Diaspora: A Reader*. Blackwell Publishers, 2003
- HALL, S. "Identidade Cultural e Diáspora". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, 1996.
- ILLIFE, J. *Africans. The history of a continent*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- LOPES, N. *Enciclopédia Brasileira de Diáspora Africana*. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2004
- NEVES, W.; PILÓ, L. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2008.
- OKPEWHO, I.; DAVIES, C. B.; MAZRUI, A. A. (ed.) *The African Diaspora: African Origins and New World Identities*. Indiana: Indiana University Press, 2001.
- THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Niterói: Campus, 2003.
- WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: A partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Revan, 1998.
- (Endnotes)
- ¹ *Hotrel Ruanda* (2004). Dirigido por Terry George e estrelado por Don Cheadle, Nick Nolte, Joaquim Phoenix, Desmond Dube e Sophie Okonedo.
- ² Walter Neves e Luís Piló. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2008, p. 17. "[...]os estudos efetuados sobre os esqueletos de Luzia e de seu povo permitiram propor idéias polêmicas sobre a origem do homem no continente americano — idéias essas diametralmente opostas àquelas derivadas do estudo da variabilidade do DNA das populações indígenas atuais das três Américas. Aqui o estrago causado pelo dogmatismo norte-americano sobre o assunto revela-se ainda mais pernicioso."
- ³ Walter Neves e Luís Piló. *Op. Cit.* A pesquisa desses arqueólogos é de extrema relevância para compreensão da pré-história nas Américas. Mas eles têm enfrentado críticas de outros cientistas, os geneticistas. Veja parte desta discussão na revista. *Ciência Hoje* (<http://cienciahoje.uol.com.br/3942>).
- ⁴ Nei Lopes. *Enciclopédia Brasileira de Diáspora Africana*. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2004, p. 236.
- ⁵ <http://www.africandiasporastudies.com/>. O *Florida Africana Studies Consortium (FLASC)* "foi criada através de financiamento da Ford Foundation dentro do programa "Intersections of African Diaspora Knowledge Communities: The South Florida Model". Sua função é desenvolver uma rede de instituições e organizações comprometidas para o avanço dos estudos da Diáspora Africana na comunidade do Sul da Flórida e, por extensão, para todo os Estados Unidos. Grifo do autor.
- ⁶ *Isidore Okpewho, Carole Boyce Davies, Ali A. Mazrui (ed.) The African Diaspora: African Origins and New World Identities*. Indiana: Indiana University Press, 2001, p. XIV.

⁷ Stuart Hall. “Identidade Cultural e Diáspora”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, 1996, p. 68-7.

⁸ *Jana Evans Braziel, Anita Mannur (Ed.) Theorizing Diaspora: A Reader. Blackwell Publishers, 2003, p.4.*

⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁰ H. L. Wesseling. *Dividir para dominar: A partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Revan, 1998.

¹¹ John Thornton. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Niterói: Campus, 2003.

¹² <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/2000297.stm>. Pesquisado em março de 2008.

¹³ Do árabe, “lugar onde se põe o sol”. Ou seja, o que na época estava mais a ocidente do mundo islâmico, que, geograficamente, estaria à direita em oposição ao Iémen. Daí entender como extensa região que vai até o Marrocos.

¹⁴ As informações que se seguem foram originalmente retiradas de John Illife. *Africans. The history of a continent*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

¹⁵ Os católicos de língua copta se separaram dos cristãos ortodoxos por divergirem da idéia de que Cristo possuía duas naturezas, a humana e a divina, e que estas eram inseparáveis. Os de Alexandria não aceitaram essa visão tornando-se membros monofisitas (reconhecem que Cristo teria duas naturezas, mas entendem que a humana seria absorvida pela divina). Esta divisão provocou mudanças na região do Egito, onde a Copta era a mais forte e enraizada. Ainda hoje, essa igreja permanece viva e forte na região do Chifre da África.